

a autoridade requerente informará imediatamente o cônsul de França territorialmente competente, que pode, no prazo de quatro dias úteis, solicitar que a pessoa em causa se apresente pessoalmente para efeitos de identificação;

- d) Autoridades centrais ou locais competentes para o tratamento dos pedidos de readmissão ou de trânsito:

Para apresentar um pedido de readmissão ou de trânsito às autoridades competentes portuguesas:

Os funcionários da polícia do ar e fronteiras que exerçam funções de chefe de posto ou os funcionários, por eles designados, com a categoria de inspector ou com categoria superior;

Os prefeitos dos departamentos e, em Paris, o prefeito da polícia, bem como os funcionários com delegação de poderes destas autoridades;

O Ministro do Interior, bem como os funcionários com delegação de poderes desta autoridade;

Para aceitar um pedido de readmissão ou de trânsito apresentado pelas autoridades competentes portuguesas:

O chefe da polícia do ar e fronteiras do Aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle ou, no seu impedimento, o seu adjunto e o chefe da polícia do ar e fronteiras do Aeroporto de Orly ou, no seu impedimento, o seu adjunto;

Os chefes das circunscrições departamentais da polícia do ar e fronteiras ou, no seu impedimento, os seus adjuntos;

Os prefeitos dos departamentos e, em Paris, o prefeito da polícia, bem como os funcionários com delegação de poderes destas autoridades;

O Ministro do Interior, bem como os funcionários com delegação de poderes desta autoridade;

- d) Lista de postos de fronteira que podem ser utilizados para a readmissão ou a entrada para efeitos de trânsito de estrangeiros:

Fronteira aérea: Aeroportos de Roissy-Charles de Gaulle, Orly Marseille-Provence, Nice-Côte d'Azur, Bordeaux-Mérignac e Lyon-Satolas;
Fronteira terrestre: Hendaye-Gare (em permanência), Urdos, Dancharia e Arnéguy (nas horas de abertura) e Hendaye-Pont Saint-Jacques (em caso de necessidade e a pedido).

Queira aceitar, Sr. Ministro, os protestos da minha mais elevada consideração.

Paul Quilles.

Assembleia da República, 15 de Julho de 1994. —
O Secretário-Geral, *Luís Madureira.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 211/94

de 10 de Agosto

O Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Fevereiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/12/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, prevê o estabelecimento de garantias de pagamento do imposto por parte dos representantes fiscais e dos operadores registados.

Havia, assim, a par do que já fora fixado em matéria de garantias pela circulação dos produtos, que criar o regime de garantias de pagamento do imposto, a prestar por aqueles agentes económicos, harmonizando-se os critérios de determinação dos respectivos montantes.

Atendendo a que a obrigação de pagamento do imposto especial de consumo sobre o álcool e as bebidas alcoólicas é diferida em relação à introdução efectiva dos produtos no consumo, importa acautelar os interesses do Estado no período que medeia entre esses dois momentos.

Assim:

No uso das autorizações legislativas concedidas pelos n.ºs 2 do artigo 37.º e 2 do artigo 38.º da Lei n.º 75/93, de 20 de Dezembro, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 15.º-B do Decreto-Lei n.º 117/92, de 22 de Junho, aditado pelo Decreto-Lei n.º 181/93, de 14 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 15.º-B

Garantias em matéria de circulação e pagamento

- 1 —
- 2 —
- 3 — O montante mínimo das garantias previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 9.º, na alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Fevereiro, será igual a 7 % do imposto médio trimestral calculado sobre as declarações de introdução no consumo processadas no ano anterior ou, no caso de início de actividade, do valor médio trimestral que se espera atingir no primeiro ano, não podendo em qualquer caso ser inferior a 500 000\$.

Art. 2.º O artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 104/93, de 5 de Abril, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 27.º

Garantias em matéria de circulação e pagamento

- 1 —
- 2 — (*Anterior n.º 3.*)
- 3 — O condicionalismo previsto na alínea c) do n.º 1 aplica-se, com as necessárias adaptações, à fixação do montante da garantia prevista na alínea a) do n.º 5 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Fevereiro.

4 — O montante mínimo das garantias previstas na alínea a) do n.º 5 do artigo 9.º, na alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º e na alínea a) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 52/93, de 26 de Fevereiro, será igual a 7 % do imposto médio trimestral calculado sobre as declarações de introdução no consumo processadas no ano anterior, ou, no caso de início de actividade, do valor médio trimestral que se espera atingir no primeiro ano, não podendo em qualquer caso ser inferior a 500 000\$.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Junho de 1994. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Eduardo de Almeida Catroga*.

Promulgado em 12 de Julho de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendado em 15 de Julho de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 212/94

de 10 de Agosto

O desenvolvimento da Zona Franca da Madeira implica a criação de condições que, numa perspectiva jurídico-económica, tornem aquela zona mais competitiva nos mercados internacionais, face a outros centros similares, contribuindo desta forma para o acréscimo de investimento estrangeiro em Portugal.

O reconhecimento da importância deste objectivo implicou a consagração, através do Decreto-Lei n.º 352-A/88, de 3 de Outubro, da possibilidade de criação de sociedades unipessoais que tenham por objecto o *trust offshore*.

Atendendo à absoluta necessidade de continuar a melhorar as condições que propiciem o desenvolvimento da Zona Franca da Madeira, o presente diploma permite a constituição e a manutenção de sociedades por quotas e anónimas unipessoais, desde que licenciadas para aí operar.

A solução proposta está em consonância com o disposto na Directiva n.º 89/667/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, sobre as sociedades de responsabilidade limitada com um único sócio e tem em conta que no direito interno já existem casos de admissibilidade limitada de sociedades unipessoais.

Concomitantemente, com o objectivo de reduzir os custos das entidades licenciadas para operar na Zona Franca da Madeira e de assegurar a publicidade e segurança do comércio jurídico, determina-se que os actos registados na Conservatória de Registo Comercial privativa da Zona Franca da Madeira sejam unicamente publicados no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, 4.ª série.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — As sociedades anónimas e por quotas licenciadas para operar na Zona Franca da Ma-

deira podem ser constituídas ou subsistir com um único sócio, pessoa singular ou colectiva, nacional ou estrangeira.

2 — Cessando, por qualquer causa, a licença para operar na Zona Franca da Madeira, as sociedades referidas no n.º 1 devem ser dissolvidas, nos termos dos artigos 142.º, 143.º e 144.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo o Ministério Público legitimidade para propor a respectiva acção.

Art. 2.º — 1 — As sociedades referidas no artigo anterior devem incluir na firma a expressão «sociedade unipessoal».

2 — O disposto no número anterior é aplicável às sociedades que se tornem unipessoais, sem necessidade de os seus contratos serem alterados, bastando que a nova firma fique a constar do registo, a requerimento do órgão administrativo da sociedade ou do sócio único.

Art. 3.º — 1 — As acções de sociedades anónimas unipessoais são obrigatoriamente nominativas.

2 — Quando a sociedade se constitua como sociedade por quotas, há uma só quota pertencente ao sócio único.

Art. 4.º — 1 — O sócio único exerce os poderes atribuídos por lei à assembleia geral de sócios, devendo as suas decisões ser transcritas em livro de actas.

2 — Os contratos celebrados entre o sócio único e a sociedade unipessoal devem constar integralmente do livro de actas e são transcritos nos relatórios de gestão do exercício em que foram celebrados, excepto se consistirem em operações correntes da sociedade.

Art. 5.º — 1 — É vedado a uma sociedade unipessoal constituir outras sociedades de que seja a única sócia.

2 — A sociedade unipessoal e a sociedade que totalmente a domine consideram-se em relação de grupo, independentemente da localização da sede da sociedade dominante, relação essa que termina nos casos previstos pelas alíneas b) e c) do n.º 4 do artigo 489.º do Código das Sociedades Comerciais.

Art. 6.º O disposto nos artigos anteriores deste diploma não prejudica o preceituado nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 352-A/88, de 3 de Outubro, respeitante a sociedades de *trust offshore*.

Art. 7.º — 1 — Os actos de registo comercial da Zona Franca da Madeira são apenas publicados no *Jornal Oficial* da Região Autónoma da Madeira, 4.ª série.

2 — A conservatória de registo comercial que exerça as funções respeitantes à Zona Franca da Madeira deve enviar, oficiosamente, o extracto do registo ao *Jornal Oficial* no prazo de cinco dias.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Junho de 1994. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consolado* — *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*.

Promulgado em 12 de Julho de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MARIO SOARES.

Referendado em 14 de Julho de 1994.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.